# DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4993/2018

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/13945/2014 |
| **PROTOCOLO** | : 1530515 |
| **ÓRGÃO** | : PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL |
| **ORDENADOR (A)** | : LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES |
| **TIPO DE PROCESSO** | : CONTRATO Nº 178/2014 |
| **RELATOR (A)** | : JERSON DOMINGOS |
| **CONTRATADO (A)** | : PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA. |
| **PROCEDIMENTO** | : PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2014 |
| **OBJETO** | : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. |
| **VALOR** | : R$ 84.312,55 (OITENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS). |

Em análise o Contrato nº 178/2014 e a respectiva execução financeira, tendo como partes o Município de Chapadão do Sul e a empresa PETEL Materiais de Construção e Equipamentos Ltda., para a aquisição de materiais elétricos, em atendimento à solicitação das secretarias municipais.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-4502/2018 (fls. 107 - 112), manifestou-se pela regularidade da formalização do instrumento contratual e da execução financeira, ressalvando a intempestividade na remessa de alguns documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, na mesma linha de entendimento, através do parecer PAR-3ªPRC-10363/2018 (fls. 5113/114), manifestou-se pela regularidade com ressalva da formalização do instrumento contratual e da execução financeira contratual.

É o relatório.

## DECISÃO

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento licitatório Pregão Presencial nº 099/2014, o mesmo já foi julgado por esta Corte de Contas através da Decisão Singular nº 9003/2015 (TC/MS nº 13959/2014) pela regularidade.

O Contrato nº 178/2014 encontra-se de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011, em consonância com as exigências do procedimento licitatório.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3º Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

| | |
|---|---|
| **Notas de Empenho** | R$ 65.297,65 |
| **Notas Fiscais** | R$ 65.297,65 |
| **Notas de Pagamentos** | R$ 65.297,65 |

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[1] e com as determinações contidas na legislação regente[2].

Ante o exposto, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 178/2014, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e a empresa PETEL Materiais de Construção e Equipamentos Ltda., nos termos do art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

[1] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[2] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/6 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

III - pela **QUITAÇÃO** ao responsável, nos moldes do art. 60[3], da Lei Complementar nº 160/2012 c/c. com o art. 171[4], da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

IV - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[5] da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[6], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 11 de junho de 2018.

**Jerson Domingos**
Conselheiro Relator

SMSC

[3] Art. 60. Vale como quitação ao jurisdicionado a publicação no DOTCE/MS da decisão definitiva que tenha julgado regular, inclusive com ressalvas, sua prestação de contas.
Parágrafo único. Julgada regular a prestação de contas, a pessoa legitimamente interessada pode requerer ao Tribunal a certidão de quitação.
[4] Se da efetividade do controle externo do Tribunal resultar demonstrada a regularidade, ainda que com ressalva, das contas prestadas pelo jurisdicionado, ser-lhe-á dada quitação (LC nº 160, de 2012, arts. 59, *caput*, I e II, e §§ 1º, 2º e 3º, e 60).
[5] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.
[6] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.